

24 de janeiro de 2024

Dia Internacional da Educação

O sistema educativo regional. Nível de escolaridade e mercado de trabalho.

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) divulga hoje, no seu portal de internet, no âmbito do Dia Internacional da Educação, uma breve análise de indicadores estatísticos relativos à evolução do sistema educativo da Região, caracterizando ainda o nível de escolaridade da população residente na Região Autónoma da Madeira (RAM) e a sua relação com o mercado de trabalho.

Os dados subjacentes provêm de diversas fontes de informação, nomeadamente, do Observatório da Educação da RAM (OERAM), da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da DREM, como é o caso da informação do Inquérito ao Emprego (IE), dos Quadros de Pessoal.

I. O sistema educativo regional

I.1. Introdução

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) atualiza anualmente a série longa das Estatísticas de Educação da RAM, sendo caracterizados os estabelecimentos de ensino, os alunos, o pessoal docente e não docente. Neste trabalho, faz-se uma breve análise dos indicadores aí divulgados, procurando-se caracterizar, em termos evolutivos, o sistema educativo da Região na última década.

I.2. Estabelecimentos que ministram o ensino obrigatório diminuem na última década

Nos últimos 10 anos tem-se verificado uma tendência decrescente relativamente ao número de estabelecimentos de ensino na RAM a ministrar os níveis de ensino não superior, desde o pré-escolar até ao ensino secundário. Esta tendência é justificada pela diminuição do número de alunos matriculados em cada nível de ensino, com exceção do Ensino superior que registou um aumento no número de alunos inscritos.



No ano letivo de 2021/2022 na RAM existiam 119 estabelecimentos que ministravam Educação pré-escolar, o que representa uma diminuição de 55 estabelecimentos face ao ano letivo de 2011/2012, em que existiam 174 estabelecimentos.

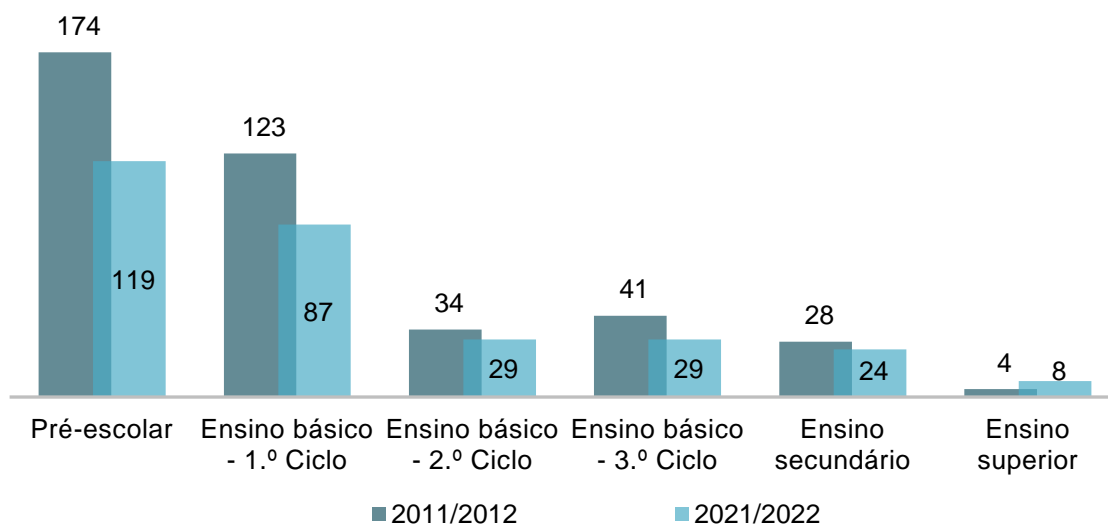
Também no Ensino básico verificou-se uma tendência de diminuição do número de estabelecimentos a ministrar estes ciclos de estudo. Em 2021/2022, o 1.º ciclo era ministrado em 87 estabelecimentos (menos 36 que em 2011/2012), o 2.º e 3.º ciclos eram igualmente ministrados em 29 estabelecimentos (menos 5 estabelecimentos no 2.º ciclo e menos 12 no 3.º ciclo face a 2011/2012).

Relativamente aos estabelecimentos de ensino que ministravam o Ensino secundário também se verificou uma diminuição, embora menos acentuada, existindo 24 estabelecimentos no ano letivo de 2021/2022 por comparação a 28 que existiam em 2011/2012.

No que concerne ao Ensino superior, na sequência da alteração dos Estatutos da Universidade da Madeira (UMa) em 2015, ocorreu uma reorganização das suas diferentes unidades orgânicas. No caso do ensino universitário constituíram-se 4 Faculdades, e no caso do ensino politécnico 2 Escolas Superiores. Esta alteração refletiu-se no número de estabelecimentos ao longo da última década.

No ano letivo de 2021/2022 existiam na Região 8 estabelecimentos com Ensino superior, sendo 6 de natureza pública e 2 privados. No ano letivo de 2011/2012 existiam 4 estabelecimentos de Ensino superior na RAM (2 públicos e 2 privados), o que reflete a reorganização da UMa referida anteriormente.

Fig. I.1 – Estabelecimentos de ensino, por ensino ministrado, 2011/2012 e 2021/2022



I.3. Na última década, alunos inscritos no Ensino superior aumentaram cerca de 16%

No ano letivo de 2021/2022 houve um total de 39 663 alunos matriculados nas escolas da RAM que ministravam níveis de ensino não superior.

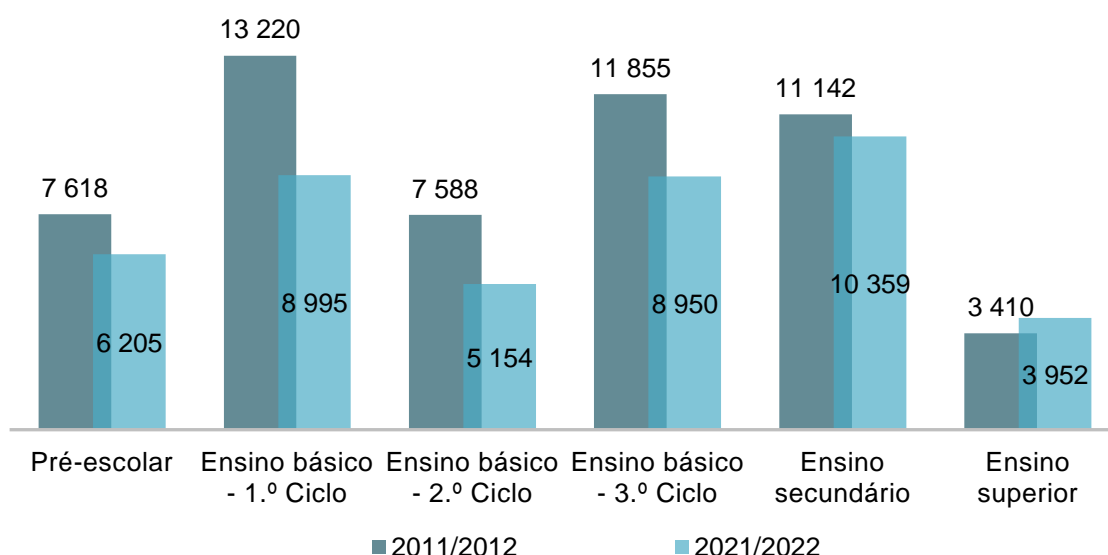
No pré-escolar existiam 6 205 alunos matriculados, significando uma diminuição de 18,5% face ao ano letivo de 2011/2012 (7 618 alunos).

Ao nível do Ensino básico registou-se também uma diminuição do número de alunos nos últimos 10 anos, sendo que no ano letivo de 2021/2022 foram 8 995 os alunos matriculados no 1.º ciclo, uma descida de 32,0% em comparação a 2011/2012 (13 220 alunos). No 2.º ciclo havia 5 154 alunos matriculados, menos 32,1% face a 2011/2012 (7 588 alunos), e no 3.º ciclo estavam matriculados 8 950 alunos, menos 24,5% que em 2011/2012 (11 855 alunos).

A queda menos acentuada foi no Ensino secundário, pois no ano letivo de 2021/2022 estavam matriculados 10 359 alunos, menos 7,0% que no ano letivo de 2011/2012 (11 142 alunos matriculados).

Quanto ao Ensino superior, houve uma tendência inversa aos restantes níveis de ensino, sendo 3 952 o número de alunos inscritos nos estabelecimentos de Ensino superior da Região em 2021/2022, o que constitui um aumento de 15,9% em comparação com o ano letivo de 2011/2012 que registou 3 410 alunos inscritos.

Fig. I.2 – Alunos matriculados em estabelecimentos de ensino, por ensino ministrado, 2011/2012 e 2021/2022



I.4. Taxa real de escolarização no Ensino secundário atingiu valor máximo em 2021/2022

A participação dos alunos no sistema educativo pode ser avaliada através da taxa real de escolarização. Esta taxa reflete a proporção de alunos matriculados num determinado nível de ensino ou ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse nível de ensino, no final do ano letivo, e a estimativa da população residente dos mesmos grupos etários, em 31 de dezembro do ano civil correspondente ao início do ano letivo.

A taxa real de escolarização aumentou nos últimos 10 anos em todos os níveis de ensino, tendo sido registada no ano letivo de 2021/2022 uma taxa de 98,1% na Educação pré-escolar, um aumento de 6,9 p.p. comparativamente ao ano letivo de 2011/2012, no qual a taxa de escolarização foi de 91,2%. Relativamente ao Ensino básico, o 1.º ciclo apresentou uma taxa real de escolarização de 100,0% no ano letivo de 2021/2022, mais 5,2 p.p. do que 10 anos antes quando se registou uma taxa de 94,8%. No 2.º ciclo, a taxa foi de 89,5%, correspondendo a um aumento de 7,2 p.p. face a 2011/2012, enquanto no 3.º ciclo essa mesma taxa foi de 93,2%, refletindo um acréscimo de 14,0 p.p.. Foi este o ciclo de Ensino básico com maior aumento da taxa real de escolarização nos últimos 10 anos. Quanto ao ensino secundário, verificou-se um aumento significativo de 24,7 p.p. da taxa real de escolarização entre os anos letivos 2011/2012 e 2021/2022, passando de 59,7% para 84,4%, sendo este o valor máximo da série para este nível de ensino.

A taxa de escolarização no ensino superior corresponde à relação percentual entre o número de alunos matriculados em cursos de formação inicial, com idade entre 18 e 22 anos, e a população residente dos mesmos níveis etários. No ano letivo de 2021/2022 foi registada uma taxa de escolarização no ensino superior de 16,0%, um aumento de 6,7 p.p. face ao ano letivo de 2011/2012 em que a taxa foi de 9,3%.

I.5. Taxa de transição/conclusão do Ensino básico – 2.º ciclo superior à do 1.º ciclo desde 2019/2020

As taxas de transição/conclusão permitem analisar o progresso dos alunos ao longo dos diferentes níveis de ensino. Estas taxas representam a relação percentual entre o número de alunos que, no final de um ano letivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo. A designação “taxa de conclusão” refere-se ao aproveitamento no fim do nível de ensino, ou seja, no 9.º e 12.º ano.

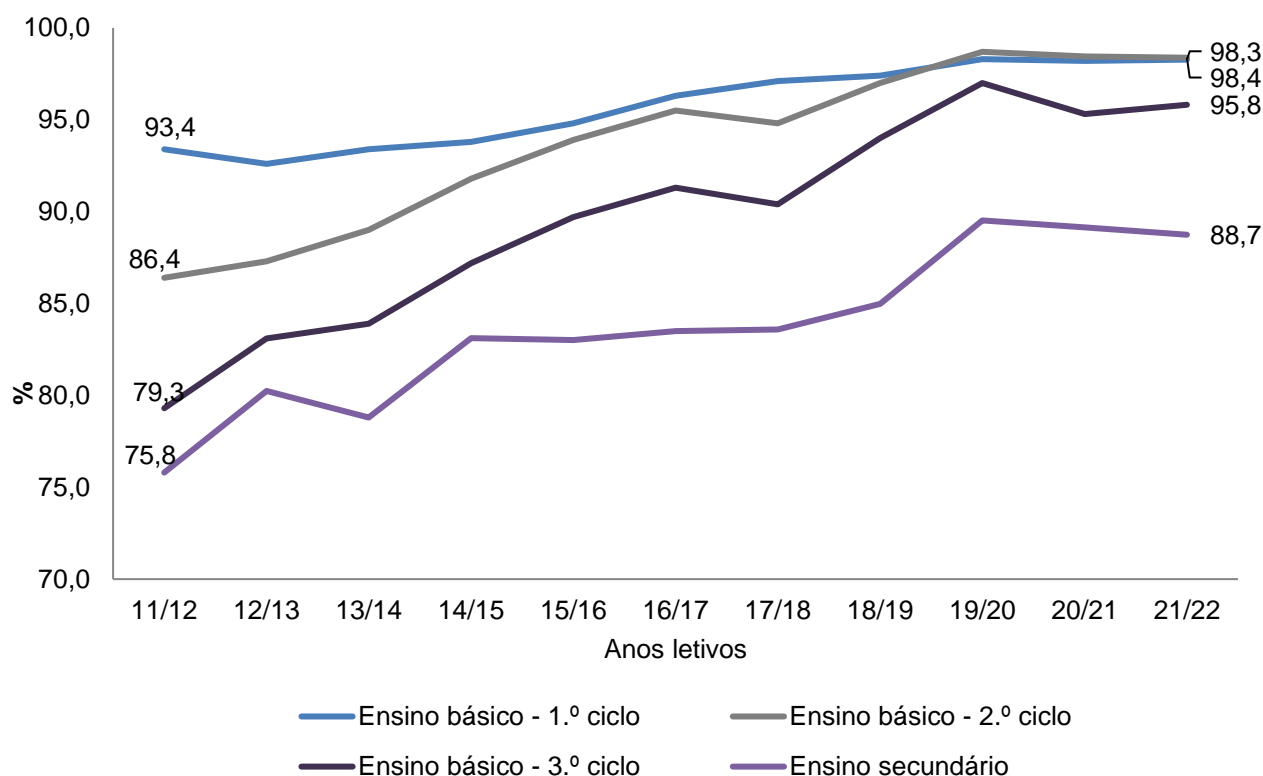
A taxa de transição/conclusão na RAM, no Ensino básico no ano letivo de 2021/2022 foi de 97,4%, correspondendo a um aumento de 10,3 p.p., quando comparado com o ano letivo de 2011/2012 (87,1%). Por ciclo de ensino, e para o ano letivo 2021/2022, esta taxa foi de 98,3% no 1.º ciclo, 98,4% no 2.º ciclo e 95,8% no 3.º ciclo.



Relativamente ao ensino secundário a taxa de transição/conclusão na RAM foi de 88,7%, mais 12,9 p.p. do que no ano letivo de 2011/2012, em que foi registada uma taxa de 75,8%.

A análise destas taxas ao longo da última década, evidencia uma tendência crescente em todos os níveis e ciclos de ensino. Na generalidade, apesar das taxas diminuírem à medida que aumenta o nível de ensino, todas elas tiveram uma tendência crescente nos últimos 10 anos. Note-se que desde o ano letivo 2019/2020 as taxas de transição/conclusão do Ensino básico - 2.º ciclo passaram a ser as mais elevadas.

Fig. I.3 – Taxas de transição/conclusão, por ensino ministrado, 2011/2012 - 2021/2022



I.6. Em 2021/2022, no ensino público, 94,1% dos docentes do Ensino básico – 2.º ciclo pertenciam ao Quadro

Na RAM, no ano letivo de 2021/2022 o corpo docente era composto por 661 docentes na Educação Pré-escolar, 1 471 docentes no Ensino básico - 1.º ciclo, 747 docentes do Ensino básico - 2.º ciclo, 2 713 docentes do Ensino básico 3.º ciclo e Secundário, 269 docentes em Escolas profissionais e 463 docentes no Ensino superior.



Na tabela seguinte resumem-se as principais características dos docentes dos níveis de ensino até ao Ensino secundário e das Escolas profissionais.

Tab. I.1 – Docentes do ensino público, por nível de ensino, vínculo contratual e grupo etário, 2021/2022

Nível de ensino e formação	Total	Vínculo contratual				Grupo etário			
		Quadro		Contratado		<40 anos		≥ 60 anos	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Educação pré-escolar	497	441	88,7	56	11,3	22	4,4	79	15,9
Ensino básico - 1.º Ciclo	1 236	1 135	91,8	101	8,2	91	7,4	169	13,7
Ensino básico - 2.º Ciclo	709	667	94,1	42	5,9	35	4,9	116	16,4
Ensino básico - 3.º Ciclo e Ensino secundário	2 559	2 388	93,3	171	6,7	110	4,3	370	14,5
Escolas profissionais	235	179	76,2	56	23,8	45	19,1	20	8,5

I.7. Em 2021/2022, no ensino público não superior, um em cada quatro trabalhadores não docentes tinha 60 ou mais anos de idade

No ano letivo 2021/2022, o pessoal não docente do ensino não superior era constituído por 3 831 pessoas, sendo 89,4% mulheres. Do total do pessoal não docente, 74,6% trabalhavam em escolas públicas. Entre estes últimos trabalhadores, 8,9% tinham menos de 40 anos e 24,7% tinham 60 ou mais anos.

No ensino superior, o pessoal não docente era constituído por 211 trabalhadores, sendo que 40,8% possuíam habilitações académicas de nível superior

II. Nível de escolaridade e mercado de trabalho

II.1. Introdução

O nível de escolaridade de uma população desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioeconómico de uma região, estando correlacionado com a qualidade de vida, saúde e bem-estar da sua população. Indivíduos com maior educação tendem a ter melhores oportunidades de emprego, contribuindo para a formação de uma força de trabalho mais qualificada, crítica, inovadora e competitiva. Além disso, o acesso a uma educação de qualidade está intrinsecamente ligado à promoção da igualdade e inclusão social, permitindo a participação ativa de todos nos domínios económico, político e cultural.



Este trabalho pretende caracterizar a população em termos do nível de escolaridade completo, bem como relacionar a escolaridade com diversas dimensões do mercado de trabalho.

II.2. População em idade ativa com níveis de escolaridade mais altos aumentou nos últimos 10 anos

A análise do nível de escolaridade da população em Portugal, neste momento, tem apenas disponíveis como fontes de informação os Censos e o Inquérito ao Emprego (IE). Os Censos, por terem uma cobertura total, permitem a caracterização completa do nível de escolaridade de toda a população bem como o cruzamento com outras variáveis de interesse. Porém, devido à sua periodicidade (realização de dez em dez anos), pode não refletir as mudanças que ocorrem no período intercensitário. Por outro lado, o Inquérito ao Emprego, com periodicidade trimestral, apesar de ser um inquérito por amostragem, permite a análise das dinâmicas a nível trimestral e anual, incluindo a relação entre escolaridade e empregabilidade. As estimativas do IE têm em conta a ponderação dos valores amostrais, sendo por isso válidas para a população.

Na análise seguinte, utilizam-se os dados do IE¹ para caracterizar o nível de escolaridade da população madeirense bem como a sua relação com a condição perante o trabalho. Os níveis de escolaridade completos foram agregados nos três grupos seguintes:

- Até ao básico – 3.º ciclo: nenhum nível de escolaridade, Ensino básico – 1.º ciclo, Ensino básico – 2.º ciclo e Ensino básico – 3.º ciclo;
- Secundário e pós-secundário: ensino secundário e ensino pós-secundário (cursos de especialização tecnológica não superior);
- Superior: curso técnico superior profissional, bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento.

A estimativa da população total em 2022 era de 252,9 mil pessoas, enquanto em 2012 esse número era de 263,6 mil, indicando uma diminuição de 4,1% na população residente ao longo da última década. Dentro do grupo etário de 16 a 89 anos, que totalizava 217,8 mil pessoas, a distribuição por níveis de ensino mostra uma variação significativa. Em 2012, 123,8 mil pessoas possuíam nível de ensino "Até ao básico - 3.º ciclo", representando 56,8% desse grupo etário. No mesmo período, 52,5 mil tinham habilitações a nível do ensino "Secundário e pós-secundário", correspondendo a 24,1%. Além disso, 41,5 mil pessoas tinham algum grau completo de ensino "Superior", representando 19,1%.

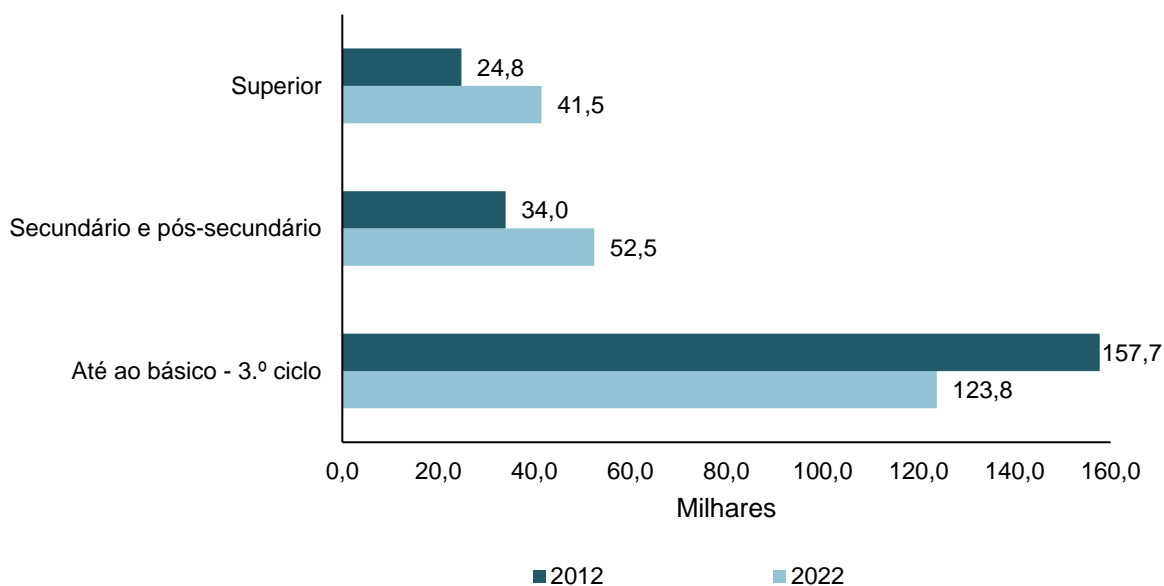
Em 2012, existiam 157,7 mil pessoas com o nível de ensino "Até ao básico - 3º ciclo", correspondendo a uma diminuição de 21,5% nos últimos 10 anos. Já no ensino "Secundário e pós-secundário" e no ensino "Superior" a tendência foi contrária, tendo sido registadas em 2012 com ensino "Secundário e pós-secundário" 34,0 mil pessoas, correspondendo na última década a um acréscimo de 54,4%. No que diz respeito ao nível do ensino

¹ Série 2021 revista em novembro de 2023.



“Superior”, em 2012 existiam 24,8 mil pessoas com algum grau completo, correspondendo a um aumento de 67,3% em 2022.

Fig. II.1 – População da RAM, dos 16 aos 89 anos, por nível de escolaridade completo, 2012 e 2022



A população ativa engloba os indivíduos com idade dos 16 aos 89 anos, que integram a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados ou desempregados).

Nos últimos 10 anos foi registada uma tendência de crescimento da população em idade ativa com níveis de escolaridade mais elevados, e a tendência foi inversa para os níveis de escolaridade mais baixos.

Em 2022, a população em idade ativa da RAM (idades compreendidas entre os 16 e os 89 anos) era de 133,0 mil pessoas, mais 6,9% do que em 2012 (124,4 mil pessoas), das quais cerca de 60 mil com habilitações “Até ao básico – 3.º ciclo”, menos 22,9% do que em 2012 (com 77,8 mil pessoas). Com nível de ensino “Secundário e pós-secundário” existiam, em 2022, cerca de 37,7 mil pessoas, correspondendo a um aumento de 51,4% face a 2012 (com 24,9 mil pessoas). No que se refere ao nível de ensino “Superior”, em 2022, 35,3 mil pessoas eram detentoras de algum nível completo, um aumento de 63,4% face a 2012, que registou 21,6 mil pessoas com este nível de habilitações.

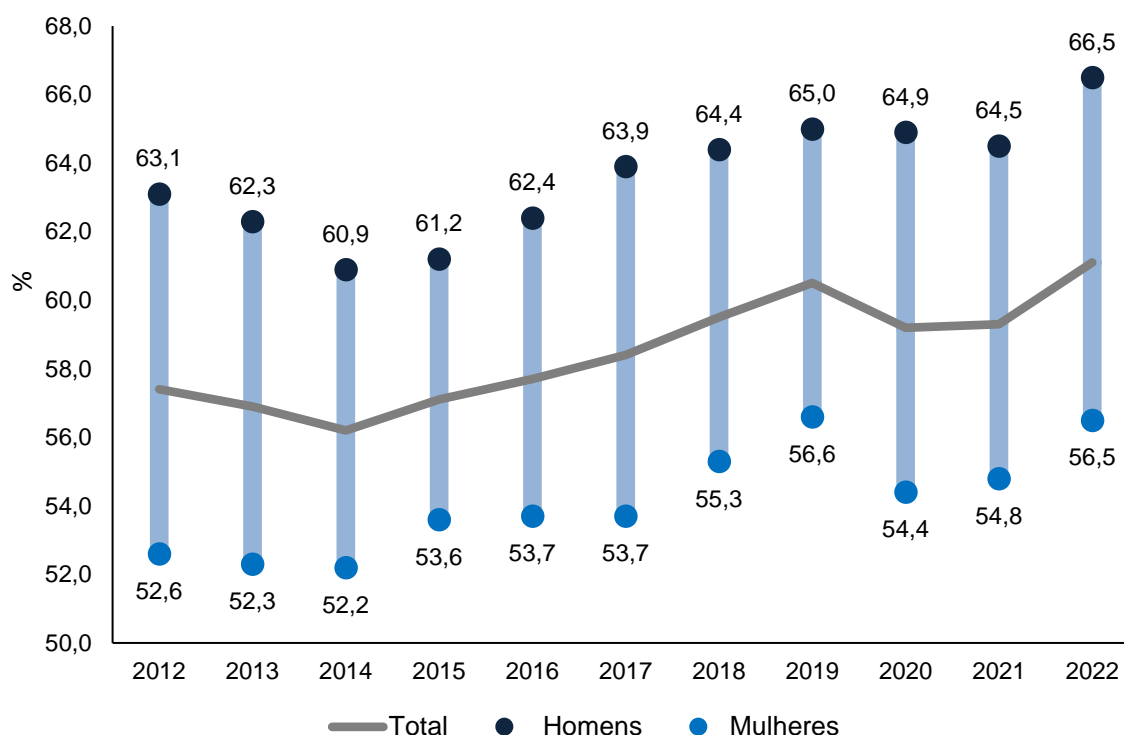
Em termos percentuais, relativamente ao total da população ativa, registou-se uma diminuição de 17,4 pontos percentuais (p.p.) na população ativa com nível de escolaridade completo “Até ao básico – 3.º ciclo” e um aumento da proporção da população ativa com “Secundário e pós-secundário”, mais 8,3 p.p., e com ensino “Superior”, mais 9,2 p.p..



A taxa de atividade é a relação entre a população ativa e a população residente em idade ativa. Os dados mostram que ao longo da última década, a taxa de atividade tem vindo a aumentar com o aumento do nível de escolaridade, sendo em 2022 para os níveis de escolaridade “Até ao básico – 3.º ciclo”, “Secundário e pós-secundário” e “Superior” de 48,5%, 71,8% e 85,1%, respetivamente. Estas taxas são ligeiramente inferiores às de 2012, tendo sido registadas várias oscilações deste indicador nos últimos dez anos.

As mulheres têm taxas de atividade inferiores às dos homens no total da população. Em 2022, a taxa de atividade dos homens foi de 66,5% e das mulheres 56,5%, correspondendo a uma diferença de 10,0 p.p..

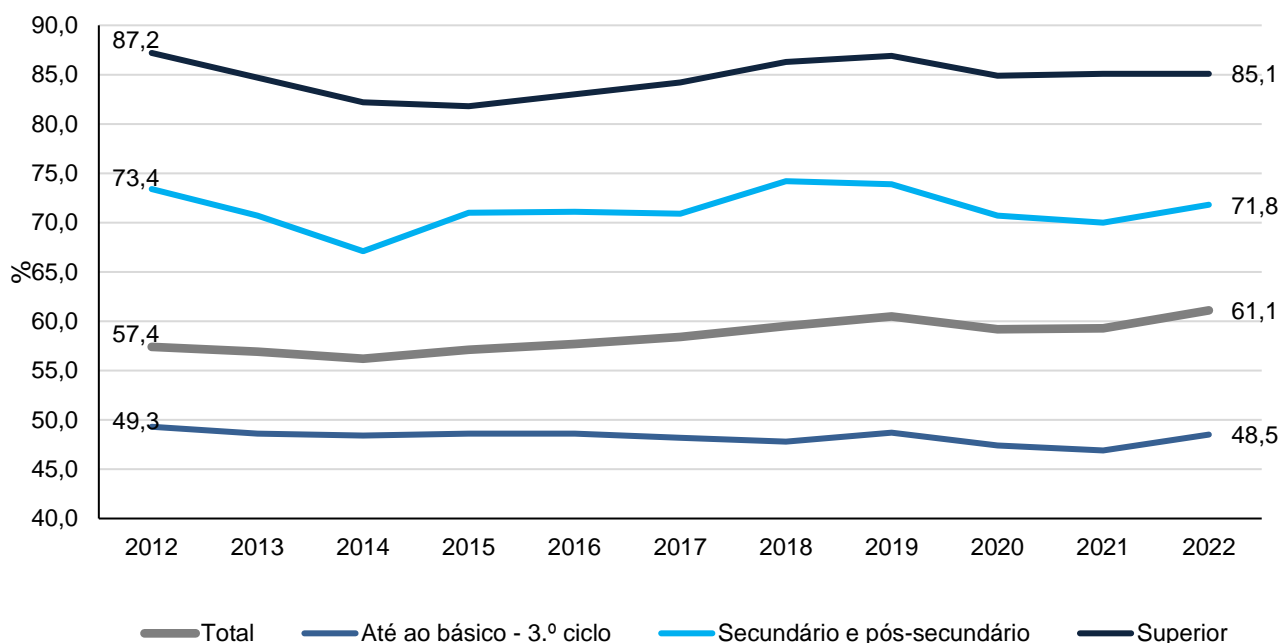
Fig. II.2 – Taxa de atividade, por sexo, 2012-2022



No entanto, analisando as taxas de atividade por nível de escolaridade, observa-se que a diferença entre as mulheres e os homens diminui com o aumento do nível de escolaridade, ultrapassando, em alguns anos, a taxa dos homens nos últimos dois grupos de níveis de ensino em análise. Assim, em 2022, para os indivíduos com a escolaridade “Até ao básico – 3.º ciclo”, a taxa de atividade das mulheres foi de 38,2% e a dos homens foi de 59,3%; para os que tinham completo o ensino “Secundário e pós-secundário”, a diferença entre as taxas dos homens e das mulheres foi apenas de 1,7 p.p. (71,0% para as mulheres e 72,7% para os homens); no nível “Superior”, as taxas foram muito próximas (84,8% para os homens e 85,3% para as mulheres).



Fig. II.3 – Taxa de atividade, por nível de escolaridade completo, 2012-2022



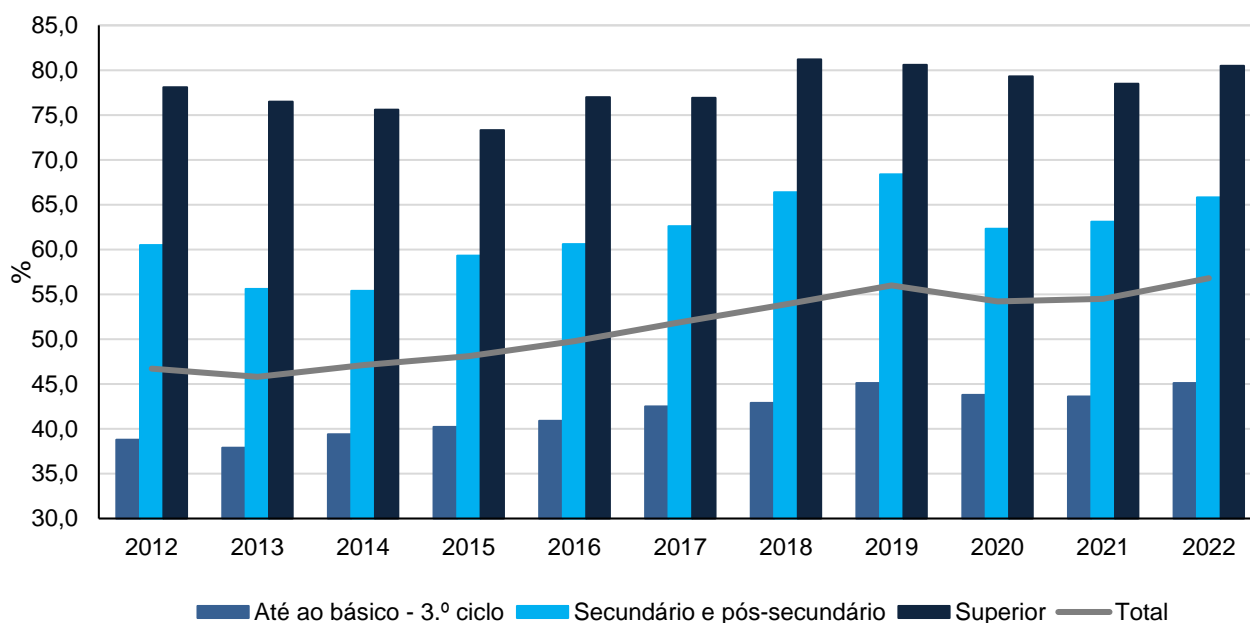
A taxa de emprego corresponde à relação entre a população empregada e a população ativa, dos indivíduos com idade entre os 16 e os 89 anos. De uma forma geral, os dados refletem a tendência de maior escolaridade associada a taxas de emprego mais elevadas.

Em 2022, a taxa de emprego era de 56,8%, o que se traduz num aumento de 10,1 p.p. face a 2012 quando foi registada uma taxa de emprego de 46,7%. Quanto ao sexo, ao longo da década, a taxa de emprego dos homens foi significativamente superior à das mulheres. Em 2022, a taxa de emprego para o sexo masculino foi de 62,0% e para o sexo feminino foi de 52,4%, correspondendo a uma diferença de 9,6 p.p. Em 2012, as taxas eram inferiores e a diferença não era tão acentuada, tendo-se registado 49,6% e 44,2% para taxa de emprego do sexo masculino e do sexo feminino, respetivamente, uma diferença de 5,4 p.p..

Estas diferenças entre ambos os sexos, também se refletem na análise do nível de escolaridade completo. De uma forma geral, quanto maior o nível de escolaridade maior a taxa de emprego. Em 2022, para os indivíduos com nível "Até ao ensino básico – 3.º ciclo", a taxa de emprego foi de 45,1% (55,8% para os homens e 35,0% para as mulheres); para os que tinham o "Secundário e pós-secundário", a taxa foi igual a 65,8% (66,8% para os homens e 64,9% para as mulheres); para os que tinham o ensino "Superior" a taxa foi de 80,5%, mas para este grupo da população a taxa de emprego dos homens, 78,9%, foi inferior à das mulheres (81,4%) em 2,5 p.p..



Fig. II.4 – Taxa de emprego, por nível de escolaridade completo, 2012-2022



Comparativamente a 2012, e considerando o nível de escolaridade completo, os valores das taxas de emprego destes três grupos foram superiores em 2022, registando-se aumentos de 6,3 p.p. na população com nível “Até ao básico – 3.º ciclo”, 5,3 p.p. na população com o ensino “Secundário e pós-secundário”, e 2,4 p.p. na população com ensino “Superior” (taxas de emprego em 2012, respetivamente de 38,8%, 60,5% e 78,1%).

II.3. Ganho dos trabalhadores por conta de outrem aumenta com nível de escolaridade, 2011 - 2021

A educação/formação afirma-se como fundamental no funcionamento dos mercados de trabalho, mobilizando quer a procura de trabalho ou a oferta de emprego pelas empresas, quer a procura de emprego ou oferta de trabalho pelos trabalhadores, ainda que por razões distintas. Os empregadores procuram as qualificações de que necessitam para os seus sistemas de trabalho funcionarem eficazmente, enquanto os trabalhadores pretendem que as suas qualificações formais sejam reconhecidas na íntegra, e não apenas as necessárias para os processos produtivos.

A legislação do Código do Trabalho, criou uma obrigação única, a cargo dos empregadores, de prestação anual de informação sobre a atividade social da empresa, através do modelo de Relatório Único, ficando excluídos desta obrigação os serviços e órgãos que apenas tenham trabalhadores abrangidos pelo Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas e os empregadores de trabalhadores de serviço doméstico



A informação relativa aos Quadros de Pessoal integra o Anexo A do Relatório Único e fornece informações específicas sobre os trabalhadores das empresas, permitindo a caracterização do ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem (TCO) a tempo completo com remuneração completa, o estudo das qualificações presentes no mercado de trabalho por conta de outrem, bem como a análise da relação do ganho com o nível de escolaridade.

Entende-se por ganho o montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui-se, ainda, o pagamento de horas remuneradas, mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas). Neste trabalho, faz-se uma análise comparativa dos dados do último ano disponível, 2021, com o ano anterior (ano em que o mercado de trabalho foi fortemente afetado pela pandemia) e com 2011, permitindo a análise de uma década.

Na RAM, em 2021, os trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos eram 46 279, o que corresponde a mais 10,7% do que no ano anterior (41 801 em 2020) e menos 3,6% que em 2011 (48 019 trabalhadores).

Em 2021, o grupo com maior representatividade era o dos trabalhadores com Ensino secundário, com 33,2% dos indivíduos (15 370), seguido dos trabalhadores com habilitações ao nível do 3.º ciclo com 26,4% (12 222). Dos TCO, 17,7% tinham habilitações ao nível do Ensino superior, destacando-se 14,7% com Licenciatura (6 782) e 1,9% com Mestrado (872).

Entre 2020 e 2021, observou-se um aumento dos TCO em todos os níveis de escolaridade, com destaque para o Bacharelado com um aumento de 24,1%, seguido do Mestrado e Licenciatura com um crescimento de 18,3% e 7,7%, respetivamente. O número de trabalhadores com Doutoramento também teve um crescimento, representando um aumento de 13,3% face a 2020, valor mais alto da série (51 trabalhadores).

Porém, comparativamente a 2011, o número de TCO nos níveis de escolaridade até ao 3.º ciclo do Ensino básico, teve uma forte diminuição (-70,0% sem qualquer nível de escolaridade completo, -49,7% de indivíduos com o 1.º ciclo do Ensino básico, -31,9% de indivíduos com o 2.º ciclo do Ensino básico e -2,6% de indivíduos com o 3.º ciclo do Ensino básico) contrastando com o aumento registado nos indivíduos com maiores habilitações literárias (+272,6% de indivíduos com Mestrado, +75,9% de indivíduos com Doutoramento e +42,5% de indivíduos com Licenciatura).

Quanto ao ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, constata-se um aumento proporcional ao nível de escolaridade do trabalhador, refletindo a correlação positiva entre as qualificações e a remuneração no mercado de trabalho.



Em 2021, o ganho médio mensal dos TCO em estabelecimentos da RAM era de 1 212,39€, correspondendo a um aumento de 3,5% comparativamente a 2020, em que a remuneração média mensal foi de 1 171,42€. Face a 2011, registou-se um acréscimo de 15,5%, ano em que o ganho médio mensal era de 1 049,75€.

Entre os trabalhadores com nível de habilitações inferior ao 1.º ciclo do Ensino básico, o ganho médio mensal em 2021 foi de 979,30€, correspondendo a um aumento de 5,4% face a 2020 (928,86€) e de 28,1% face a 2011 (764,48€).

Ao nível do Ensino básico, os trabalhadores detentores do 1.º ciclo tiveram em 2021 um ganho médio mensal de 1 021,20€, valor superior em 2,2% face ao ano anterior (999,02€) e de 18,6% face a 2011 (861,10€); os trabalhadores com o 2.º ciclo tiveram um aumento no ganho médio mensal na ordem dos 2,6%, passando de 1 012,93€ em 2020 para 1 039,23€ em 2021. Em comparação com 2011 o aumento foi de 21,9% (852,24€).

Os trabalhadores com o 3.º ciclo auferiam um aumento de 3,8% face a 2020, passando de 979,04€ para 1 016,26€ em 2021. Face a 2011, este grupo de trabalhadores teve um aumento de 14,2% (889,71€).

Quanto aos trabalhadores com Ensino secundário o ganho médio mensal registado em 2021 foi de 1 104,08€, correspondendo a um aumento de 4,4% face ao ano de 2020, cujo valor foi de 1 057,10€. O aumento foi de apenas 1,3% face a 2011 onde este valor era de 1 090,35€ para estes trabalhadores.

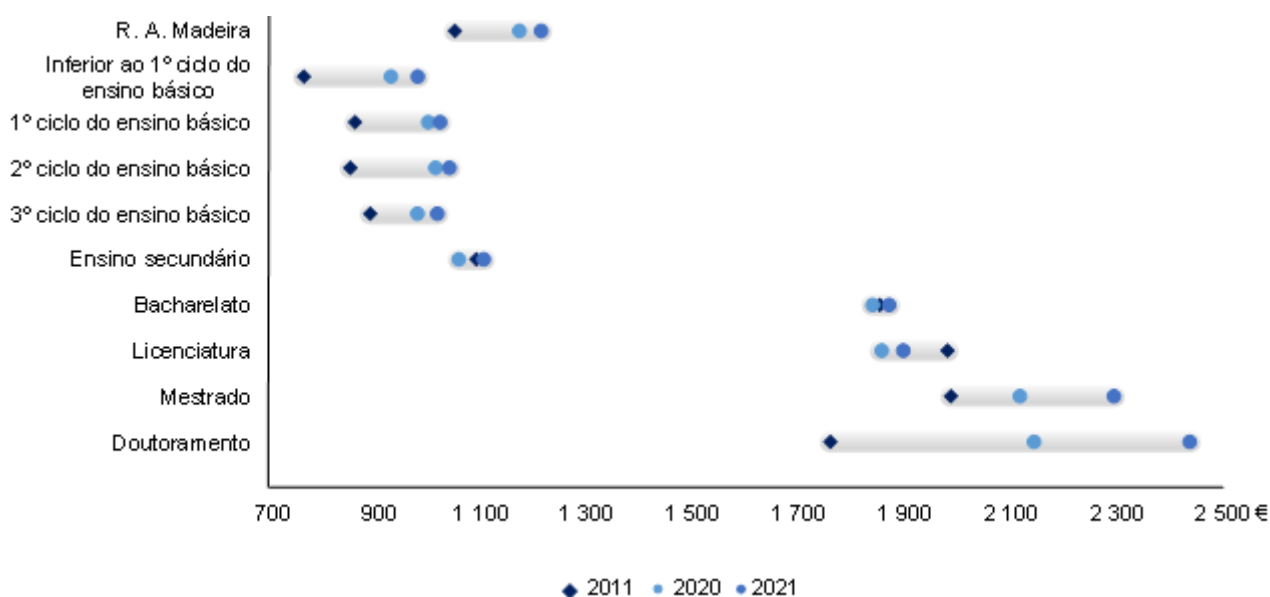
Os trabalhadores que tiveram um maior aumento face ao ano anterior, foram os que detinham habilitações ao nível do Curso técnico superior profissional, com uma remuneração média de 1 114,82€ em 2021, correspondendo a um aumento de 20,5% relativamente ao ano anterior (925,06€).

Relativamente aos níveis de Ensino superior observa-se que, em 2021, os trabalhadores com grau de Bacharelato registavam um ganho médio mensal de 1 869,43€, que se traduz num aumento de 1,7% face ao ano anterior e de 0,9% face a 2011. Os trabalhadores detentores de grau de Licenciatura ganhavam em média 1 896,51€, registando-se um aumento de 2,2% face ao ano anterior cujo ganho médio mensal para estes trabalhadores foi de 1855,72€. Quando comparado com 2011, verifica-se um decréscimo do ganho médio mensal na ordem dos 4,2%, sendo na altura este valor de 1 979,83€. Os trabalhadores detentores de Mestrado ganhavam em média 2 294,02€, correspondendo a um aumento de 8,4% face ao ano anterior, em que o ganho médio mensal foi de 2 116,41€, e de 15,5% face a 2011, sendo nesse ano o ganho médio mensal de 1 986,55€ para estes trabalhadores.

Os TCO doutorados foram os que tiveram o maior ganho médio mensal em 2021 e o segundo maior aumento (+13,7%) face a 2020, passando de 2 143,44€ em 2020 para 2 437,34€ em 2021. Em comparação com 2011, este foi o grupo que registou o maior aumento, 38,6% (em 2011 eram 1 758,53€).



Fig. II.5 – Ganho dos TCO, por nível de escolaridade completo, 2011, 2020 e 2021



II.4. Emprego na Administração Pública Regional liderado por licenciados

A análise do nível de escolaridade dos profissionais que ocupam os postos de trabalho na Administração Pública Regional (APR) é também importante para compreender o papel desempenhado por aqueles trabalhadores na prestação de serviços públicos.

Considerando as entidades que compõem a Administração Pública Regional, em 31 de dezembro de 2022, existiam 20 901 postos de trabalho na Região, evidenciando um acréscimo de 1,1% em relação ao período homólogo (+220 postos) e uma diminuição de 0,3% em comparação com 2012.

Do total de postos de trabalho em 31 de dezembro de 2022, 22,6% eram ocupados por indivíduos com nível de escolaridade até ao nível de Ensino básico (29,3% em 2012), 19,4% com o Ensino secundário (16,6% em 2012) e 58,0% eram detentores de algum grau de Ensino Superior (54,1% em 2012), sendo 2,6% com grau de Bacharelato (3,5% em 2012), 49,3% com grau de Licenciatura (48,1% em 2012), 5,8% com grau de Mestrado (2,4% em 2012) e 0,3% com grau de Doutoramento (0,1% em 2012).

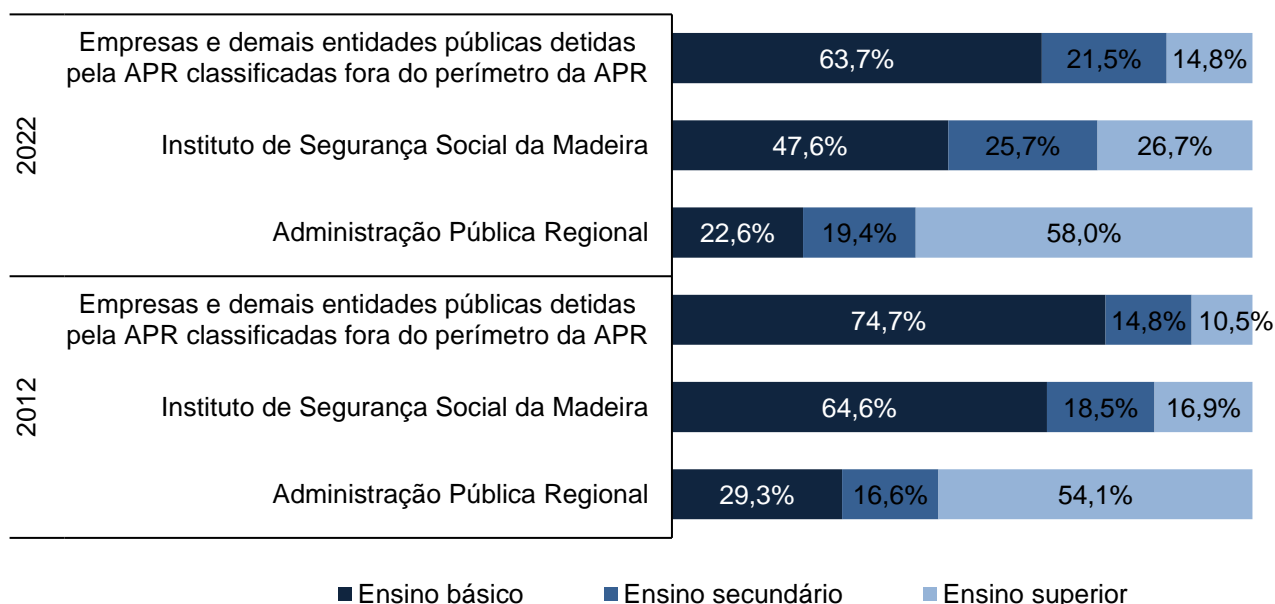
Por sua vez, o Instituto de Segurança Social da Madeira, que segundo a classificação de unidades institucionais deve ser apresentado separadamente da APR, contabilizou 1 398 postos de trabalho em 31 de dezembro de 2022, indicando um aumento de 6,8% em relação ao ano anterior (mais 89 postos) e de 2,5% face a 2012. No que respeita ao nível de escolaridade dos trabalhadores que ocupavam estes postos de trabalho, 47,6% tinham habilitações até ao nível de Ensino básico (64,6% em 2012), 25,7% tinham o Ensino secundário (18,5% em 2012) e 26,7% tinham habilitações de nível Superior (16,9% em 2012).



Quanto ao emprego em empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela Administração Pública da Região Autónoma da Madeira (exceto empresas e entidades classificadas no perímetro da APR), em 31 de dezembro de 2022, havia 2 405 postos de trabalho, refletindo acréscimos de 3,2% (mais 74 postos) face a 2021 e de 4,3% face a 2012. Por nível de escolaridade, a estes postos de trabalho estavam afetos 63,7% de trabalhadores com o Ensino básico (74,7% em 2012), 21,5% com o Ensino secundário (14,8% em 2012) e 14,8% com o Ensino Superior (10,5% em 2012).

Destaca-se deste modo a diminuição significativa dos trabalhadores com habilitações até ao ensino básico e um aumento daqueles com formação superior, sugerindo uma preferência por profissionais mais qualificados alinhando-se, deste modo, com as maiores exigências de cada posto de trabalho.

Fig. II.6 – Emprego público, por nível de escolaridade, 31 de dezembro de 2012 e 2022



II.5. Em 2019, o nível de escolaridade da maioria dos produtores agrícolas era o Ensino básico – 1.º ciclo

A atividade agrícola desempenha um papel muito importante na economia da Região. O último Recenseamento Agrícola (RA), que ocorreu em 2019, permite caracterizar os indivíduos que exercem este tipo de atividade, nomeadamente no que se refere ao nível de escolaridade, sendo este conhecimento importante na promoção de melhores, e mais inovadoras, práticas agrícolas.

A população familiar agrícola, é definida como o conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor quer tenham trabalhado ou não na exploração, bem como outros membros da família que não



pertencendo ao agregado doméstico tenham participado regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração. Segundo o RA 2019, a população agrícola familiar da Região, era constituída por 36 931 indivíduos, 18 396 homens e 18 535 mulheres.

Quanto ao nível de escolaridade, esta população detinha, maioritariamente, o Ensino básico – 1.º ciclo (34,3%), seguindo-se o Ensino secundário com 15,7%, o Ensino básico – 2.º e 3.º ciclos com 13,3% e 12,8%, respetivamente. Com o Ensino Superior, existiam 9,9% das pessoas (3 658).

O produtor singular engloba o produtor autónomo e o produtor empresário, excluindo-se as entidades coletivas tais como: sociedades, cooperativas, Estado, etc..

Segundo o RA 2019, existiam na RAM 13 340 produtores singulares, sendo 13 056 produtores autónomos (pessoas que, permanente e predominantemente, utilizam a atividade própria ou de pessoas do seu agregado doméstico na sua exploração, com ou sem recurso excecional ao trabalho assalariado), ou seja, 97,9%, e os restantes 284 produtores eram empresários (pessoas que, permanente e predominantemente, utilizam a atividade de pessoal assalariado nas suas explorações), correspondendo a 2,1%.

O nível de escolaridade da maioria dos produtores era também o Ensino básico – 1.º ciclo, representando 47,2% do total e 7,0% tinham formação de nível superior. Note-se que apenas 6,3% dos produtores “Não sabiam ler nem escrever”, o que representa uma redução substancial face ao recenseamento agrícola anterior, de 2009, onde 14,9% dos produtores estavam nestas circunstâncias.

Fig. II.7 – Nível de escolaridade do produtor agrícola, 2019

